



AS CONSEQUÊNCIAS DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA NA VIDA DAS MULHERES

Maria Lucia Fattorelli

Audiência Pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos do
Senado, por iniciativa da Senadora Regina Sousa
Brasília, 23 de março de 2017

Por que retirar direitos se o Brasil é tão rico?

9ª Maior Economia Mundial IMENSAS POTENCIALIDADES **ABUNDÂNCIA**

- Maior reserva de Nióbio do mundo
- Terceira maior reserva de petróleo
- Maior reserva de água potável do mundo
- Maior área agriculturável do mundo
- Riquezas minerais diversas e Terras Raras
- Riquezas biológicas: fauna e flora
- Extensão territorial e mesmo idioma
- Clima favorável, recorde de safra
- Potencial energético, industrial e comercial
- Riqueza humana e cultural
- Reservas Internacionais US\$375 Bi
- R\$ 1 Trilhão esterilizados no Banco Central
- R\$ 480 bilhões de "sobra" em 2015 e R\$ 268 bilhões em 2016
- Dívida Ecológica histórica
- Potencial de arrecadação tributária

CENÁRIO 2015-2017 **ESCASSEZ**

CRISES

➤ **Econômica seletiva**

- Desindustrialização
- Queda da atividade comercial
- Desemprego
- Perdas salariais
- Privatizações
- Encolhimento do PIB

➤ **Social**

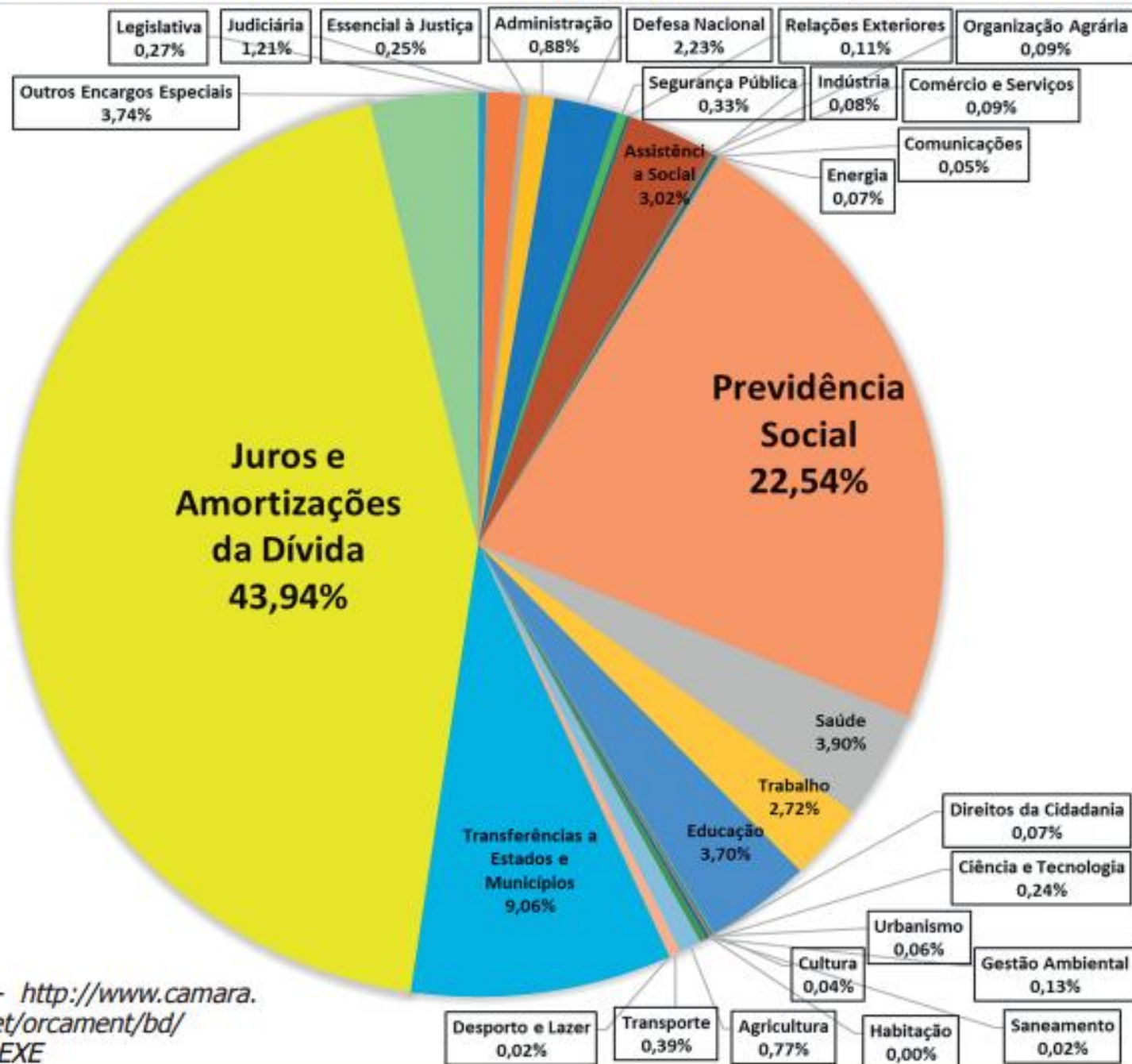
➤ **Política**

➤ **Ambiental**

AJUSTE FISCAL e REFORMAS: Corte de investimentos e gastos sociais; aumento de tributos para a classe média e pobre; privatizações e Contrarreformas

CRESCIMENTO ACELERADO DA DÍVIDA PÚBLICA = **CRISE FISCAL**

Orçamento Geral da União 2016 Executado (pago) Total = R\$ 2,572 TRILHÕES



Fonte: SIAFI - <http://www.camara.gov.br/internet/orcament/bd/exe2016mdb.EXE>

PEC 287/2016: principais abusos

1. Exige de idade mínima para aposentadoria a partir dos 65 (sessenta e cinco) anos para homens e mulheres;
2. Exige 49 (quarenta e nove) anos de contribuição para aposentadoria integral;
3. Reduz o valor geral das aposentadorias;
4. Precariza e dificulta a aposentadoria do trabalhador rural;
5. Permite a redução da pensão por morte e benefícios assistenciais para valor inferior a um salário mínimo;
6. Exclui as regras de transição vigentes;
7. Impede a acumulação de aposentadoria e pensão por morte;
8. Eleva a idade para o recebimento do benefício assistencial (LOAS) para 70 anos de idade;
9. Impõe regras inalcançáveis para a aposentadoria dos trabalhadores expostos a agentes insalubres;
10. Extingue a aposentadoria especial para professores

PEC 287/2016

- **DESMONTE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL:** quebra do princípio da solidariedade e da responsabilidade do Estado
- **PROTEÇÃO AOS FUNDOS FINANCEIROS:** planos individuais de previdência privada e fundos de previdência de natureza aberta, sujeitos ao comportamento do mercado financeiro
- **ARGUMENTOS INSUSTENTÁVEIS:** A mentira do “déficit”; O povo está vivendo mais; Mulheres não precisam ter tratamento diferenciado; A Previdência é o maior item do gasto público no Brasil
- **PROPAGANDA ABUSIVA** fere art. 37, § 1º da Constituição Federal, que limita a publicidade a peças de caráter educativo, informativo ou de orientação social. Entidades impetraram Ação Popular.

Argumento do governo: A Mentira do "Déficit"

- O "déficit" é fabricado por meio de conta distorcida que afronta a CF.
- O governo compara apenas a receita do INSS e não considera todas as fontes de recursos da Seguridade Social (COFINS, CSLL, PIS, PASEP, contribuições sobre loterias, importações etc.).
- Quando computadas todas as fontes de recursos, sobram dezenas de bilhões de reais todo ano!
- A DRU absorve 30% dos recursos da Seguridade Social.
- Se existisse déficit, que recursos haveriam para desvincular?

Superávit da Seguridade Social	
Ano	Sobra de recursos (bilhões de reais)
2005	72,7
2010	53,9
2011	76,1
2012	82,8
2013	76,4
2014	55,7
2015	11,7

Fonte: ANFIP

RECEITAS, DESPESAS E RESULTADO DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL 2005, 2010 E DE 2012 A 2015

Valores correntes, em R\$ milhões %

RECEITAS REALIZADAS	2005	2010	2012	2013	2014	2015	Diferença 2015 / 2014	
1. Receita de contribuições sociais	277.045	441.266	573.814	634.239	666.637	671.471	4.833	0,7
Receita Previdenciária (1)	108.434	211.968	283.441	317.164	350.978	352.553	1.575	0,4
Arrecadação Previdenciária	108.434	211.968	278.160	307.147	337.503	350.272	12.769	3,8
Urbana	105.086	207.154	272.397	300.991	330.833	343.191	12.358	3,7
Rural	3.348	4.814	5.763	6.156	6.670	7.081	411	6,2
Compensações não repassadas (2)	0	0	5.281	10.017	13.474	2.281	-11.194	-83,1
Cofins	89.597	140.023	181.555	199.410	195.914	200.926	5.012	2,6
CSLL	26.232	45.754	57.316	62.545	63.197	59.665	-3.531	-5,6
PIS/Pasep	22.083	40.372	47.738	51.065	51.774	52.904	1.131	2,2
Outras contribuições (3)	30.699	3.148	3.765	4.055	4.775	5.423	647	13,6
2. Receitas de entidades da Seguridade	11.704	14.742	20.199	15.078	19.356	20.534	1.178	6,1
Recursos Próprios do MDS	87	305	66	239	183	137	-46	-25,3
Recursos Próprios do MPS	798	267	708	819	608	1.078	470	77,3
Recursos Próprios do MS	947	2.700	3.433	3.858	4.312	4.257	-56	-1,3
Recursos Próprios do FAT	9.507	10.978	15.450	9.550	13.584	14.160	576	4,2
Recursos Próprios dos HU (4)	102	50	52	103	117	238	121	103,9
Taxas, multas e juros da Fiscalização	264	443	491	509	552	664	112	20,3
3. Contrapartida do Orç. Fis. para EPU (5)	1.052	2.136	1.774	1.782	1.835	2.226	391	21,3
Receitas da Seguridade Social	289.801	458.144	595.788	651.099	687.829	694.231	6.402	0,9

Fonte:
Análise da
Seguridade
Social
2015
elaborada
pela
ANFIP

(Continuação)

DESPESAS REALIZADAS	2005	2010	2012	2013	2014	2015	Diferença 2015 / 2014	
1. Benefícios Previdenciários (1)	146.010	256.184	316.589	357.003	394.201	436.090	41.889	10,6
Previdenciários urbanos	118.626	198.061	243.954	274.652	303.541	336.296	32.756	10,8
Previdenciários rurais	27.384	56.798	71.135	80.355	88.703	98.041	9.338	10,5
Compensação previdenciária (6)	0	1.325	1.500	1.996	1.958	1.753	-205	-10,5
2. Benefícios assistenciais (7)	9.335	22.234	30.324	33.869	37.598	41.798	4.200	11,2
Assistenciais Idosos - LOAS e RMV	4.067	10.365	14.318	15.916	17.715	18.460	744	4,2
Assistenciais Deficientes - LOAS e RMV	5.268	11.869	16.006	17.953	19.882	23.338	3.456	17,4
3. Bolsa família e outras transferências	6.769	13.493	20.543	24.004	26.162	26.921	759	2,9
4. EPU - Benefícios de Legislação Especial	1.052	2.136	1.774	1.782	1.835	2.226	391	21,3
5. Saúde: despesas do MS (8)	34.517	62.329	80.085	85.429	94.235	102.206	7.971	8,5
6. Assistência social: despesas do MDS (8)	1.716	3.994	5.659	6.227	7.020	5.389	-1.631	-23,2
7. Previdência social: despesas do MPS (8)	3.404	6.482	7.171	7.401	7.828	8.197	370	4,7
8. Outras ações da seguridade social	2.384	7.584	10.316	11.871	10.859	11.547	688	6,3
9. Benefícios FAT	11.375	29.195	39.950	46.561	51.833	48.180	-3.652	-7,0
10. Outras ações do FAT	547	560	541	505	522	506	-16	-3,0
Despesas da Seguridade Social	217.110	404.191	512.952	574.653	632.092	683.061	50.968	8,1
Resultado da Seguridade Social	72.670	53.953	82.836	76.446	55.737	11.170	-44.566	-80,0

Fonte:
Análise da
Seguridade
Social 2015
elaborada
pela ANFIP

Argumento do governo:

Previdência Rural tem “déficit” de R\$ 105 bilhões

Déficit fabricado: governo compara pífia arrecadação das contribuições ao INSS Rural com a totalidade dos gastos com a Previdência Rural

Desconsidera, em relação ao empregador:

- Desonerações concedidas ao agronegócio (renúncias e imunidades)
- Sonegação

Desconsidera, em relação aos trabalhadores e trabalhadoras:

- Precarização do trabalho no campo
- Capacidade econômica e peculiaridades do ambiente laboral
- Sazonalidade de renda do trabalho
- Informalidade no campo

Desconsidera, em relação à vida:

- Diminuição da pobreza, um dos objetivos fundamentais da República
- Solidariedade com a classe trabalhadora rural que sustenta a Nação

O Problema da Seguridade Social é GESTÃO DE RECURSOS

A PEC 287/2016 não trata disso

A boa gestão da Seguridade Social poderia multiplicar o seu orçamento

- Política de geração de emprego e valorização da classe trabalhadora
- Revisão das desonerações tributárias abusivas que totalizaram R\$ 260 bilhões em 2016
- Combate à sonegação fiscal, que poderia gerar arrecadação extra superior a R\$ 440 bilhões
- Acabar com o desvio de 30% consubstanciado na DRU

VALORES DAS RENÚNCIAS TOTAIS E O DAS NOVAS RENÚNCIAS ADOTADAS, A PARTIR DE 2010

Valores correntes, em R\$ milhões

	Ano de Impacto das medidas											Impacto (1)
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
Início da vigência	2010	2.509	5.780	1.727	2.607	2.954	2.106	1.257				12.622
	2011		2.989	29.398	12.010	13.628	8.583	9.132				58.027
	2012			15.413	47.091	52.358	27.758	24.777				142.621
	2013				14.593	32.916	24.687	22.985				95.181
	2014					2.550	40.039	23.771	26.338			92.698
	2015						5.412	8.854	11.380	16.333		41.980
	2016							627	812	842	914	3.194
Soma dessas renúncias (2)		2.509	8.769	46.538	76.302	104.406	108.586	91.403	38.530	17.175	914	446.322
Renúncia total do exercício (3)			152.441	182.410	223.310	253.715	267.336	266.993				

(1) Soma das desonerações aprovadas por ano e os seus efeitos para esse exercício e os três seguintes.

(2) Soma do efeito anual das renúncias instituídas a partir de 2010

(3) RFB - Demonstrativo dos Gastos Tributários Estimativas Bases Efetivas – 2013 (série 2011-2016)

Fonte: RFB - Desonerações instituídas, diversas edições e Gastos Tributários Estimados por Bases Efetivas 2013. Notas (1) Apenas o impacto das perdas de arrecadação no ano de aprovação das medidas e a dos três anos posteriores. (2) Dados dos relatórios de desonerações instituídas. (3) Dados do relatório de Gastos Tributários Estimados por Bases Efetivas 2013.

Fonte:
Análise da
Seguridade
Social 2015
elaborada
pela ANFIP

PARCELAS DAS RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DESVINCULADAS PELA DRU 2005, 2008, 2010 E DE 2012 A 2015

Valores correntes, em R\$ milhões

	2005	2008	2010	2012	2013	2014	2015
Cofins	17.919	24.019	28.005	36.311	39.882	39.183	40.185
CSLL	5.246	8.500	9.151	11.463	12.509	12.639	11.933
PIS/Pasep	4.417	6.166	8.074	9.548	10.213	10.355	10.614
Outras contribuições (1)	4.914	611	630	753	811	955	1.085
RECEITAS desvinculadas pela DRU	32.496	39.296	45.860	58.075	63.415	63.132	63.817

Fonte: Siga Brasil.

Notas: A DRU é calculada aplicando-se 20% às receitas das contribuições sociais, como apresentadas na Tabela 2, exceto para a contribuição previdenciária, onde não se aplica.

(1) Até 2007, em Outras contribuições constavam as receitas da CPMF, extinta naquele ano. A incidência da DRU na CPMF era parcial, não incidindo sobre a fração destinada ao Fundo de Erradicação da Pobreza.

Organização: ANFIP e Fundação ANFIP.

Argumento do governo: "O povo está vivendo mais"

A longevidade da população não é problema. O problema está no desemprego recorde e sub emprego.



23,4 % da população ativa vive com menos de 1 salário mínimo.

Correio Braziliense de 12/07/2016

PEA - BRASIL 2016

Raio x

	TOTAL NO TRIM. ATÉ AGOSTO (EM MILHÕES)	VARIAÇÃO (ANTE JUN/JUL/ AGO 2015)
População		
Em idade de trabalhar	166,441	2,038 milhões
Na força de trabalho	102,161	1,230 milhão
Ocupada	90,137	-1,991 milhão
Desocupada	12,024	3,220 milhões
Fora da força de trabalho	64,280	809 mil
Posição na ocupação		
Empregado no setor privado		
Com carteira	34,176	-1,363 milhão
Sem carteira	10,204	122 mil
Trabalhador doméstico	6,122	84 mil
Empregado no setor público	11,361	-195 mil
Empregador	3,946	-111 mil
Conta própria	22,235	86 mil
Trabalhador familiar auxiliar	2,093	-614 mil

ESTADÃO 1/10/16

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Argumento do governo:

“Mulheres não precisam ter tratamento diferenciado”

O Modelo capitalista é machista e discrimina as mulheres:

- Dificuldade de acesso ao mercado de trabalho
- Falta de condições adequadas, como a insuficiência de creches
- Salários mais baixos apesar de maior escolaridade
- Menor acesso a postos de chefia e comando
- Dupla jornada: afazeres domésticos sem remuneração (19,21 hrs/semana), procriação e cuidados com a família

A PEC 287 extingue o direito das mulheres de se aposentarem 5 (cinco) anos mais cedo que os homens

Em 2014, 64,5% das aposentadorias concedidas para mulheres foram por idade (e apenas 36,1% para os homens).

Situação ainda mais grave para as mulheres do campo, submetidas a uma rotina mais penosa.

Argumento do governo: “A Previdência é o maior item do gasto público no Brasil”

O maior gasto público é o gasto financeiro com juros e amortizações da dívida pública e com outros mecanismos financeiros injustificáveis:

- Elevadíssimas taxas de juros sobre juros
- Contabilização de juros como se fosse amortização
- Perdas com *swap* cambial
- Remuneração da sobra do caixa dos bancos
- Novos esquemas fraudulentos que geram dívida pública (PLS 204/2016)

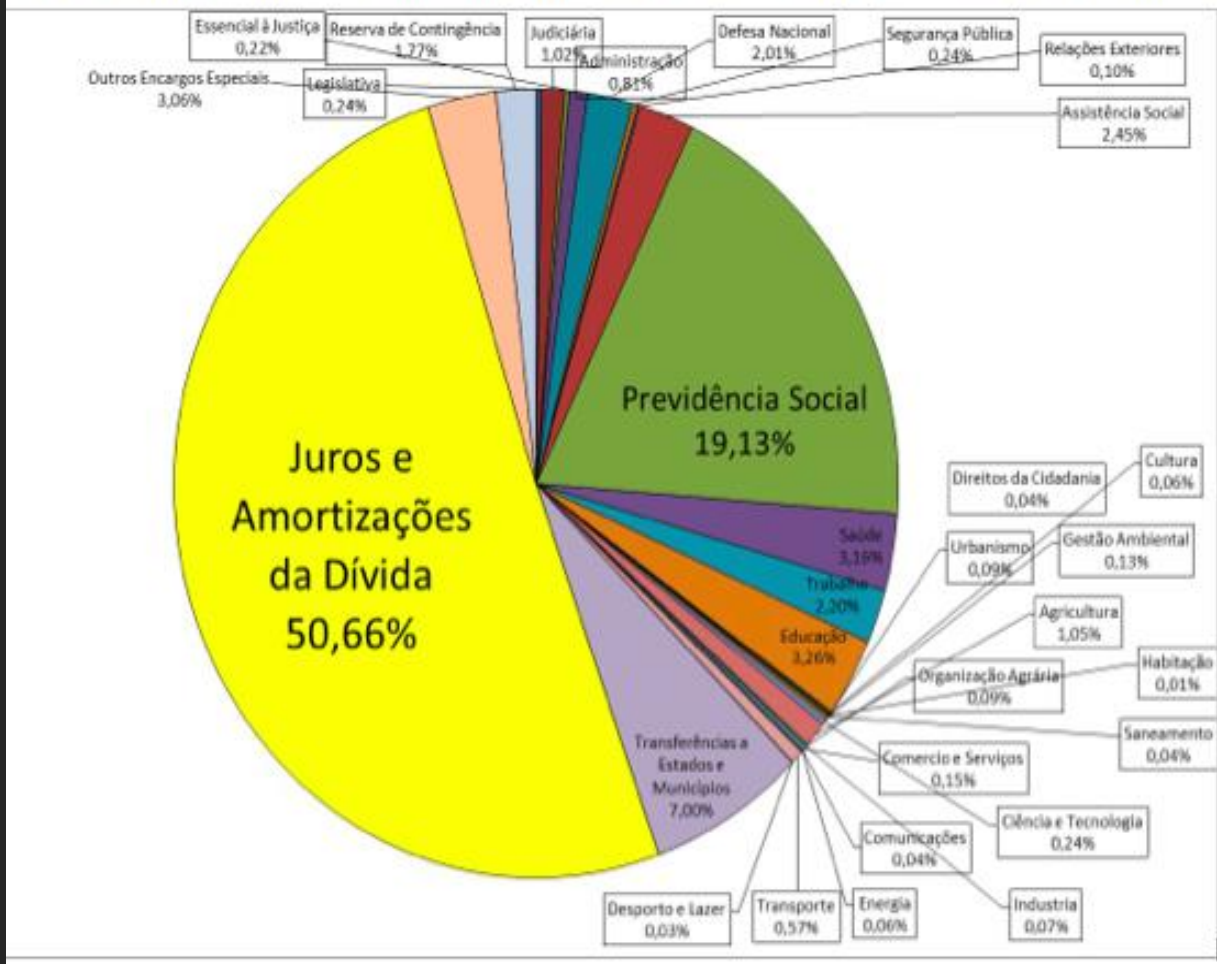
O ajuste fiscal e os cortes devem ser feitos nos juros abusivos

“O Banco Central está suicidando o Brasil”

<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/o-banco-central-esta-suicidando-o-brasil-dh5s162swds5080e0d20jsmpc>

O que está por trás da Reforma da Previdência?

Orçamento Geral da União (Projetado para 2017) Total = R\$ 3,399 trilhões



- Reduzir **Despesas Primárias**, tal como previsto na EC 95 (PEC 55 ou 241/2016)
- Aumentar as **Despesas não Primárias**, que são os gastos financeiros com a dívida pública
- Aumentar o volume de negócios do mercado financeiro

A Previdência é o foco primordial do mercado financeiro

Quem perde com PEC 287/2016?

- **Mulheres e homens** que trabalham no campo e a cidade; no setor público e privado; ativos, aposentados, pensionistas e dependentes
- **Finanças públicas**, pois muitas pessoas desistem de contribuir para algo que não terão chance de usufruir
- **Economia dos municípios**, uma vez que a grande maioria sobrevive dos benefícios da Previdência Social, que superam o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)

Quem ganha com essa PEC 287?

A PEC 287 visa beneficiar o mercado financeiro, cujo volume de negócios será ampliado com a oferta de planos de previdência privada e fundos de pensão de natureza aberta.

O adiamento do acesso à aposentadoria para depois dos 65 anos e a precarização dos demais direitos previdenciários também irão liberar mais recursos orçamentários para engordar a fatia dos juros da dívida

QUEM IRÁ GANHAR COM A PEC 287?

- Bancos lucram com FUNDOS DE PENSÃO



- PEC dará garantia pública à previdência complementar

§ 4º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os art. 155 e art. 156 e dos recursos de que tratam os art. 157, art. 158 e art. 159, inciso I, alíneas "a" e "b", e inciso II, para a prestação de **garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta e para o pagamento de débitos do ente com o regime de previdência de que trata o art. 40.**

FUNDOS DE PENSÃO: Déficit de R\$84 bilhões em 2016

O GLOBO

POR RENNAN SETTI, ENVIADO ESPECIAL

12/09/2016 13:28 / atualizado 14/09/2016 8:21

Déficit dos fundos de pensão cresceu 9% no 1º semestre, a R\$ 84 bi

Rentabilidade também fica aquém do esperado, em 8,44%

- Fundos precisam de novos clientes
- Governo faz propaganda brutal pela aprovação da PEC 287:
 - Falso discurso de déficit da Previdência Social
 - Falso discurso de “privilégios”

QUEM DEBATEU A FORMULAÇÃO DA PEC 287

CartaCapital

Quem manda?

Agenda de secretário da Previdência é dominada pelo mercado financeiro

por Claudia Belfort — publicado 09/12/2016 13h12, última modificação 09/12/2016 13h35

Enquanto gestava a reforma previdenciária, Marcelo Caetano privilegiou bancos, empresas privadas, entidades patronais e recebeu até o MBL

Mandado de Segurança nº 34566

<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=5114413>

REFORMA DA PREVIDÊNCIA 24/01/2017

PEC 287/16 é questionada perante o Supremo pela falta de prévio debate junto ao Conselho Nacional de Previdência Social

QUEM É O RELATOR DA PEC 287

Deputado Arthur Maia

Campanha financiada por quem vai ganhar com a PEC 287

EMPRESA	VALOR DA DOAÇÃO (R\$)
BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA	299.972,00
BANCO ITAU UNIBANCO S/A	100.000,00
BANCO SAFRA	30.000,00
BANCO SANTANDER	100.000,00
BANCO BMG	100.000,00
BRADESCO CAPITALIZAÇÃO S/A	200.000,00
BRADESCO ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIOS	150.000,00
AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERCIONAL S/A	249.972,00
TOTAL DE DOAÇÕES APENAS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DE SEGUROS	1.229.944,00

Fonte:

<http://inter01.tse.jus.br/spceweb.consulta.receitasdespesas2014/resumoReceitasByCandidato.action>

CONJUNTURA DE CRISE JUSTIFICA TUDO?

Classe política manchada
pela corrupção
está
modificando a
Constituição
do país !



Crise Fiscal tem sido a justificativa para projetos que cortam direitos sociais para destinar recursos para a dívida

- **EC 95** (PEC 55 ou 241): congela por 20 anos as despesas **primárias** para destinar recursos para a **dívida** e para **empresas estatais não dependentes** (goo.gl/YmMe8m e <https://goo.gl/B2L1pT>)
- **PLP 257/2016** (PL 54 no Senado): desmonte do estado brasileiro para servir ao pagamento da dívida (<http://goo.gl/yCCpue>)
- **PEC 143/2015 e 31/2016**: aumento da DRU para 30% e criação da DREM, representam a morte do SUS (<http://goo.gl/3X9LVf>)
- **PEC 287/2016 contrarreforma da Previdência**: aumenta idade para aposentadoria e subtrai direitos (<http://goo.gl/uu9Opc>)
- **Reforma Administrativa: Lei 13341/2016**
- **PRIVATIZAÇÕES: LEI 13334/2016**

DÍVIDA: impede a vida digna e o atendimento aos direitos humanos

De onde veio toda essa dívida pública?

Quanto tomamos emprestado e quanto já pagamos?

O que realmente devemos?

Quem contraiu tantos empréstimos?

Onde foram aplicados os recursos?

Quem se beneficiou desse endividamento?

Qual a responsabilidade dos credores e organismos internacionais nesse processo?

Somente a AUDITORIA responderá essas questões

PARADOXO BRASIL

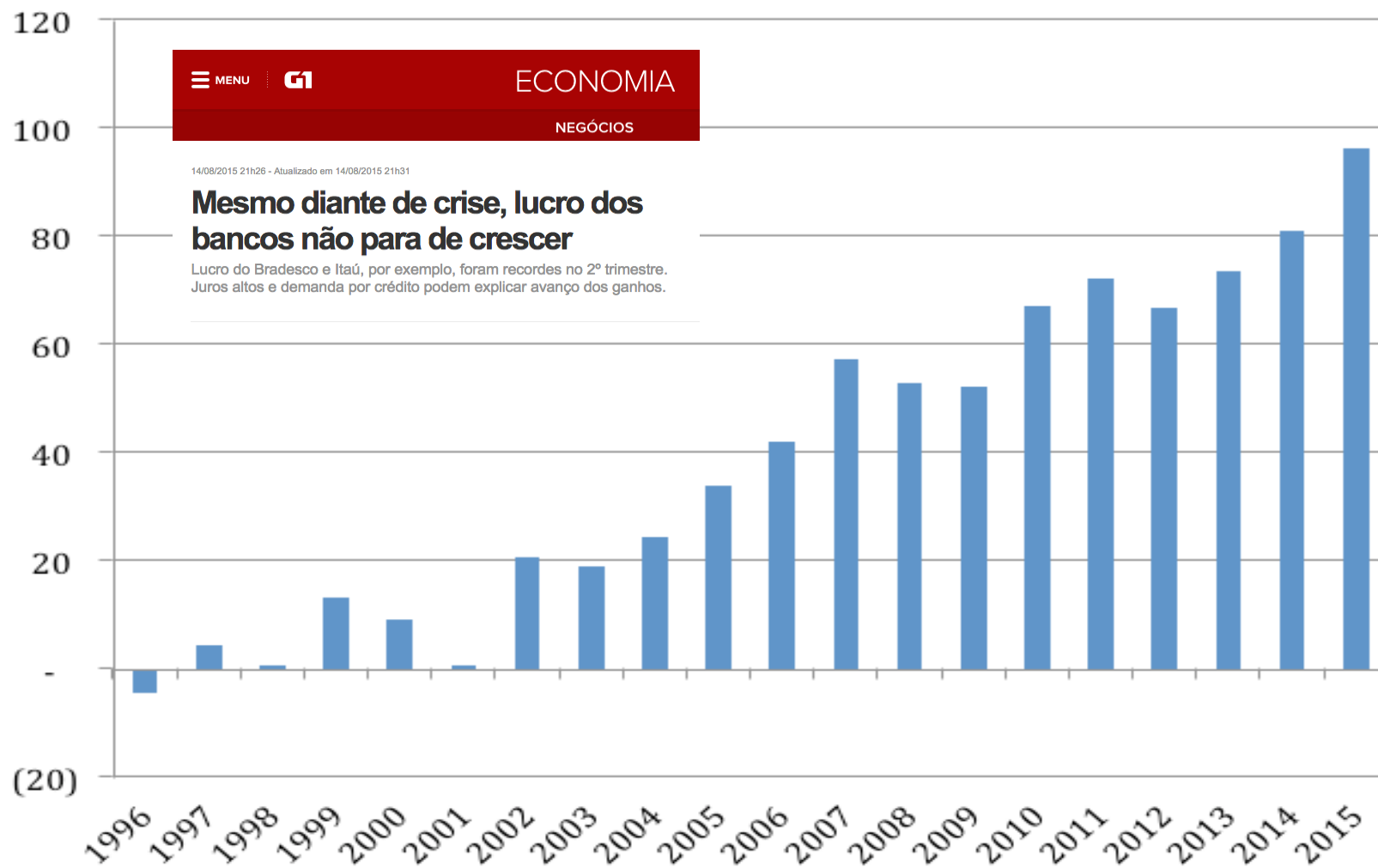
*Estamos muito
distantes do
Brasil que
queremos*



- **9ª ECONOMIA MUNDIAL**
- **Pior distribuição de renda do mundo** <http://iepecdg.com.br/uploads/artigos/SSRN-id2479685.pdf>
COMPARADO COM [GINI index](#) | [Data](#) | [Table](#)
- **79º no ranking de respeito aos Direitos Humanos – IDH – empatado com a Ilha Granada** (área territorial de 344 km², população estimada em 110 mil habitantes, produz noz-moscada)
- **Penúltimo no ranking da Educação entre 40 países** (Índice Global de Habilidades Cognitivas e Realizações Educacionais)

Quem ganha?

Lucro dos bancos (R\$ bilhões)



É URGENTE MOBILIZAR A SOCIEDADE

Você está sendo convidado(a) a responder às perguntas seguintes e participar da CONSULTA NACIONAL SOBRE REFORMAS E AUDITORIA DA DÍVIDA:

- 1.** Você concorda que é necessário barrar a Reforma da Previdência (PEC 287) que destrói seu direito à aposentadoria e pensão, para privilegiar ainda mais o mercado financeiro?
☐ **SIM** ☐ **NÃO**
- 2.** Você concorda que é necessário barrar a reforma trabalhista, que aumenta a jornada de trabalho e retira direitos como férias, décimo terceiro, carteira assinada, entre outros?
☐ **SIM** ☐ **NÃO**
- 3.** Você concorda que é necessário impedir a privatização da educação, saúde, transporte, energia e riquezas naturais como água, petróleo, nióbio, terras, entre outros?
☐ **SIM** ☐ **NÃO**
- 4.** Você concorda que é necessário realizar uma auditoria cidadã da dívida pública, a fim de acabar com o privilégio dos bancos e garantir mais recursos para educação, saúde, previdência, moradia, reforma agrária, segurança, entre outros?
☐ **SIM** ☐ **NÃO**

www.consultanacional2017.com.br

AUDITORIA DA DÍVIDA

Prevista na Constituição Federal de 1988

Plebiscito popular ano 2000: mais de seis milhões de votos

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

www.auditoriacidada.org.br

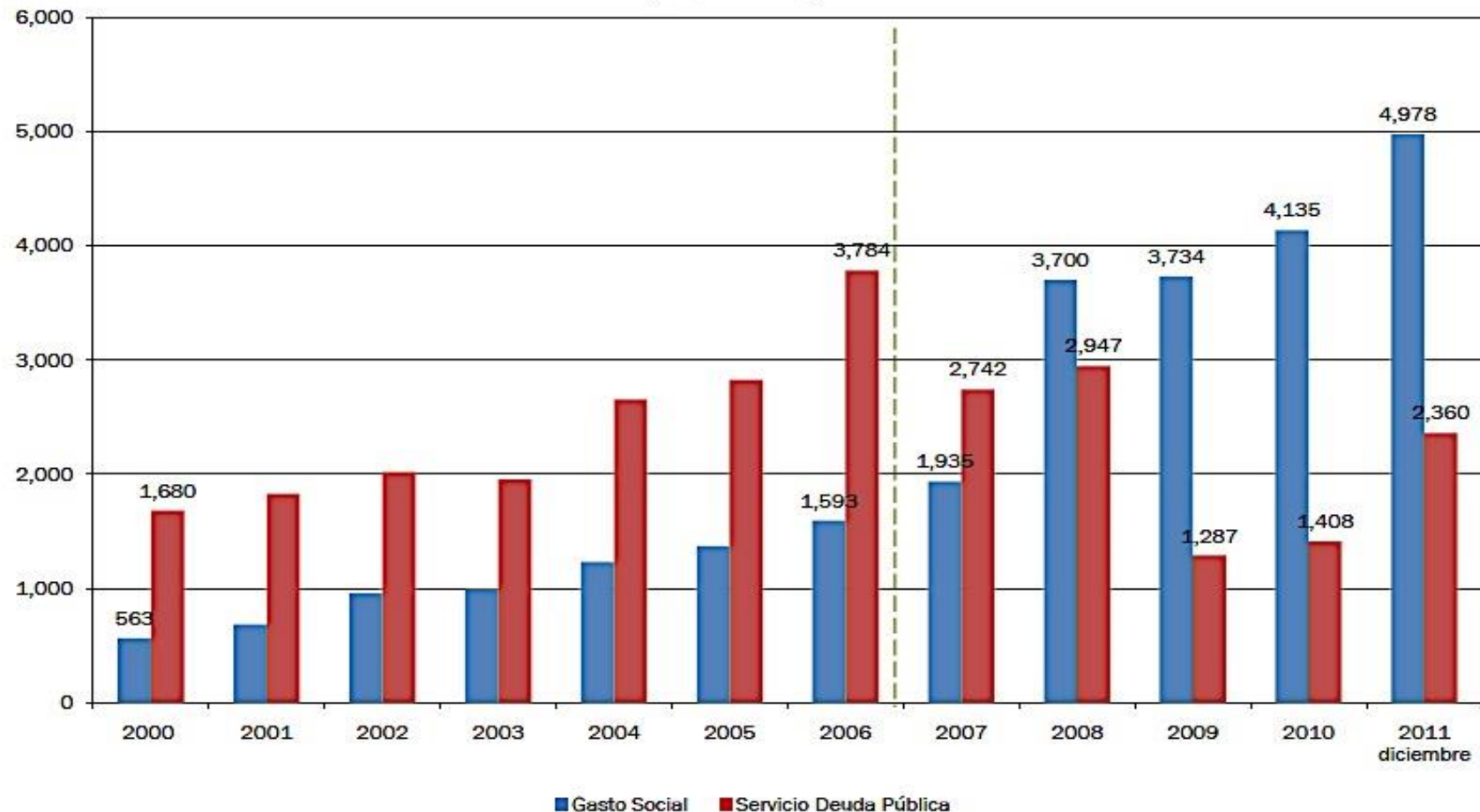
CPI da Dívida Pública

Passo importante, mas ainda não significa o cumprimento da
Constituição

EQUADOR: MUDANÇA APÓS A AUDITORIA DA DÍVIDA

Brasil: EC 95 IMPEDIRÁ AVANÇO DE IVESTIMENTOS SOCIAIS

INVERSIÓN SOCIAL
Evolución Comparada con Respecto a la Deuda Pública
(US\$ millones)



El gasto social en el año 2009 fue 2.9 veces mayor al del servicio de la deuda pública del gobierno central.

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

- CONHECIMENTO DA REALIDADE
- MOBILIZAÇÃO SOCIAL CONSCIENTE
- AÇÕES CONCRETAS
 - **Repudiar a PEC 287/2016**
 - **Consulta Nacional Popular** para popularizar o conhecimento sobre o modelo econômico e suas máscaras que favorecem o setor financeiro nacional e internacional
 - **Frente Parlamentar Mista** para realizar Auditoria da Dívida com Participação Social para desmascarar o “Sistema da Dívida” e redirecionar a aplicação dos recursos
 - Sair do cenário de escassez para viver a realidade de abundância, garantindo vida digna para todas as pessoas.

A apenas 15 quilômetros do Palácio do Planalto, centenas de brasileiros e brasileiras, inclusive idosas e crianças, disputam o lixo de Brasília para sobreviver. Isso é consequência do Sistema da Dívida. É urgente sairmos desse cenário de escassez.



Maria Lucia Fattorelli

www.auditoriacidada.org.br

www.facebook.com/auditoriacidada.pagina